

MARIA EDI DE OLIVEIRA FAGUNDES, brasileira, viúva, aposentada, nascida em 18/07/1954 na cidade de Soledade RS, portadora do RG nº 505.103.285-1 SESP/RS, expedida em 03/01/1989 e CPF nº 536.310.990-53, residente e domiciliada na Avenida Rio Branco, 230, Centro em Ampére Pr, CEP 85.640-000, sócia única da empresa que gira sob o nome empresarial de CONFIAR COMERCIO DE EPI'S LTDA, com sede na Av. Rubens Cesar Caselani, 2455, Centro em Realeza PR, CEP 85.770-000, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 46.223.527/0001-86, com contrato social devidamente arquivado na MM Junta Comercial do Paraná sob nº 41210714429 por despacho em sessão de 02/05/2022 e última alteração contratual sob protocolo 230801676 de 09/02/2023, resolve alterar seu contrato social primitivo e demais alterações posteriores, conforme cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira (da Admissão da Nova Sócia) – É admitida na sociedade a sócia **SIMONE FAGUNDES**, brasileira, casada sob regime de Separação Total de Bens, empresária, nascida em 31/12/1986 na cidade de Espumoso RS, portadora do RG nº 8.524.806-5 SESP/PR e CPF nº 008.689.619-90, residente e domiciliada na Rua Romano Zanchet, 3500, Centro em Realeza PR, CEP: 85.770-000

Cláusula Segunda (da Saída da Sócia) – A sócia MARIA EDI DE OLIVEIRA FAGUNDES, que possuía na sociedade 50.000 (cinquenta mil) quotas, no valor total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) totalmente integralizadas, retira-se da sociedade, doa, cede e transfere todas as suas quotas para a sócia ingressante SIMONE FAGUNDES.

Parágrafo Primeiro – A cessão e transferência das cotas são feitas neste ato pelo valor original.

Parágrafo segundo – Outrossim, todos os direitos, vantagens e privilégios emergentes das mesmas cotas ficam transferidos para a sócia SIMONE FAGUNDES.

Cláusula Terceira (da Distribuição das Quotas) – Em virtude da presente alteração contratual o capital da sociedade, já inteiramente integralizado em moeda corrente do país, fica assim distribuído:

SÓCIA	QUOTAS	%	CAPITAL – R\$
SIMONE FAGUNDES.....	50.000	100,00	50.000,00
Totais	50.000	100,00	50.000,00

Cláusula Quarta (da Administração) – A partir desta data, a administração da sociedade será respondida pela sócia única SIMONE FAGUNDES, com os poderes e atribuições de gerir e administrar os negócios da sociedade, representá-la ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao objeto social como fiança, aval, endosso.

Parágrafo Primeiro – Faculta-se à Sócia Única administradora, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da sociedade, devendo ser especificados no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que, no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

Parágrafo Segundo – Poderão ser designados administradores não sócios, na forma prevista no artigo 1.061 da lei nº 10.406/2002.

Parágrafo Terceiro – O uso da denominação social é privativo da administradora, a qual responde solidária e ilimitadamente por culpa ou dolo, pelos atos praticados contra este ato constitutivo ou determinações da Lei.

Cláusula Sétima (dos Impedimentos) – A Sócia Única declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

Cláusula Oitava (do porte da empresa) - A Sócia Única declara, sob as penas da Lei, que a empresa se enquadra na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

Cláusula Nona (da Consolidação do Contrato) - À vista das modificações ora ajustadas e em consonância com o que determina o art. 2031 da Lei n.º 10406/2002, os sócios RESOLVEM, por este instrumento, atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo e demais alterações contratuais que, adequado às disposições da referida lei n.º 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO
CONFIAR COMERCIO DE EPI'S LTDA
CNPJ: 46.223.527/0001-86
NIRE: 41210714429

SIMONE FAGUNDES, brasileira, casada sob regime de Separação Total de Bens, empresária, nascida em 31/12/1986 na cidade de Espumoso RS, portadora do RG nº 8.524.806-5 SESP/PR e CPF nº 008.689.619-90, residente e domiciliada na Rua Romano Zanchet, 3500, Centro em Realeza PR, CEP: 85770-000, sócia única da empresa que gira sob o nome empresarial de CONFIAR COMERCIO DE EPI'S LTDA, com sede na Av. Rubens Cesar Caselani, 2455, Centro em Realeza PR, CEP 85.770-000, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 46.223.527/0001-86, com contrato social devidamente arquivado na MM Junta Comercial do Paraná sob nº 41210714429 por despacho em sessão de 02/05/2022 e última alteração contratual sob protocolo 230801676 de 09/02/2023, resolve consolidar seu contrato social primitivo, conforme cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira (da Denominação Social) – A Sociedade gira sob o nome empresarial de CONFIAR COMERCIO DE EPI'S LTDA.

Cláusula Segunda (da Sede e Início das Atividades) – A Sociedade tem sua sede na Av. Rubens Cesar Caselani, 2455, Centro em Realeza PR, CEP 85.770-000, com início das atividades em 02/05/2022 com prazo de duração indeterminado.

Cláusula Terceira (do Objeto Social) – O objeto social da empresa é:

- CNAE 4782-2/01 – Comércio varejista de calçados;
- CNAE 4663-0/00 – Comércio de artigos de uso doméstico, borracha, nylon, mangueiras industriais e residenciais, plástico, metal, madeira, silicone, escadas domésticas e industriais, lixeiras, escovas de aço, artigos de sinalização de ambientes e viários, polias, industriais, correias e equipamentos de proteção individual.
- CNAE 4744-0/05 – Comércio varejista de cerâmicas e azulejos;
- CNAE 4322-3/03 – Instalações de sistema de prevenção contra incêndio;
- CNAE 4530-7/05 – Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar;
- CNAE 4732-6/00 – Comércio varejista de lubrificantes;
- CNAE 4741-5/00 Comércio varejista de tintas e materiais para pintura;
- CNAE 4744-0/01 – Comércio varejista de ferragens e ferramentas;
- CNAE 4789-0/99 – Comércio varejista de carrinhos de cargas, cordas e catracas de amarração, rodas, rodízios e extintores para uso residencial e comercial;
- CNAE 4759-8/99 – Comércio varejista de sistemas de segurança residencial e comercial;
- CNAE 4759-8/01 – Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas;
- CNAE 4330-4/99 – Instalação de toldos, cortinas e persianas;
- CNAE 4642-7-02 – Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho;

Cláusula Quarta (do Capital Social e Distribuição das Quotas) – O capital da sociedade limitada unipessoal será de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), dividido em 50.000 (Cinquenta mil) quotas de capital, pelo valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pela Sócia Única, em moeda corrente do país, no presente ato a seguir:

Sócia	Quotas	%	Capital – R\$
SIMONE FAGUNDES	50.000	100,00	50.000,00
Totais.....	50.000	100,00	50.000,00

Cláusula Quinta (da Responsabilidade da Sócia) - A responsabilidade da Sócia Única é solidária e limitada à importância total do capital social integralizado, nos termos do artigo 1.052, da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, respondendo solidariamente pela integralização do capital social da Sociedade Limitada Unipessoal.

Cláusula Sexta (da incomunicabilidade e impenhorabilidade) – Sobre as quotas acima, pesa a cláusula restritiva de incomunicabilidade e impenhorabilidade.

Cláusula Sétima (da Administração) Fica investido na função de administradora da Sociedade Limitada Unipessoal a Sócia Única SIMONE FAGUNDES, com os poderes e atribuições de gerir e administrar os negócios da sociedade, representá-la ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao objeto social como fiança, aval, endosso.

Parágrafo Primeiro – Faculta-se a Sócia Única administradora, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da sociedade, devendo ser especificados no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que, no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

Parágrafo Segundo – Poderão ser designados administradores não sócios, na forma prevista no artigo 1.061 da lei nº 10.406/2002.

Parágrafo Terceiro – O uso da denominação social é privativo da administradora, a qual responde solidária e ilimitadamente por culpa ou dolo, pelos atos praticados contra este ato constitutivo ou determinações da Lei.

Cláusula Oitava (das Filiais) – A Sociedade Limitada Unipessoal poderá abrir e encerrar filiais em qualquer parte do território nacional.

Cláusula Nona (dos Impedimentos) – A Sócia Única declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

Cláusula Décima (da Remuneração) – A Sócia Única, fixará uma retirada mensal, a título de “pró-labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Primeira (da Prestação de Contas) – Designação de administradores não sócios:

- I. Poderão ser designados administradores não sócios, em cláusula específica ou em ato separado.
- II. A investidura de administrador designado em ato separado deverá obedecer às formalidades da legislação vigente.

Cláusula Décima Segunda (da Apuração dos Resultados) – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, será procedido à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo à Sócia Única, os lucros ou perdas apuradas.

Parágrafo Único – Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei nº 10.406/2002.

Cláusula Décima Terceira (do Falecimento da Sócia) – Falecendo ou interditado o Sócio Único da sociedade, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e/ou sucessores do incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Cláusula Décima Quarta (da Dissolução da Empresa) – A Sociedade poderá ser dissolvida por iniciativa da Sócia Única, que, nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da Sociedade, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio do titular.

Cláusula Décima Quinta (do Enquadramento) – A Sócia Única declara, sob as penas da Lei, que a empresa se enquadra na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

Cláusula Décima Sexta (dos Impedimentos) – A Sócia Única declara para todos os efeitos legais, que não está impedido, nos termos da lei e da cláusula sétima deste contrato, de exercer a atividade que lhe compete neste instrumento, em virtude de condenação criminal ou qualquer tipo de impedimento legal.

Cláusula Décima Sétima (das Disposições Finais) – Fica eleito o foro da Comarca de Realeza - PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste instrumento de constituição.

Lavrado em única via, lido, compreendido, conferido e elaborado de conformidade com a intenção da Sócia Única ora presente e que o mesmo assine e rubrique todas as suas folhas, obrigando-se fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos.

Realeza - PR, 19/01/2024.

MARIA EDI DE OLIVEIRA FAGUNDES

SIMONE FAGUNDES



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa CONFIAR COMERCIO DE EPI'S LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00868961990	
53631099053	